48	Coribe	09 e 10/03	09:00
49	Correntina	11 e 12/03	09:00
50	Encruzilhada	25 e 26/02	09:00
51	Itagibá	15 e 16/04	09:00
52	Macarani	18 e 19/03	09:00
53	Palmas de Monte Alto	02 e 03/03	09:00
54	Santana	16 e 17/03	09:00
55	Serra Dourada	18 e 19/03	09:00
56	Urandi	23 e 24/02	09:00
57	Taperoá	25 a 29/01	09:30
58	Ubatã	01/02 a 05/02	09:30
59	Andaraí	01/02 a 05/02	09:30
60	Mutuípe	08/02 a 12/02	09:30
61	Wenceslau Guimarães	08/02 a 12/02	09:30
62	Laje	15/02 a 19/02	09:30
63	Ituberá	15/02 a 19/02	09:30
64	Paripiranga	01 a 04/3	09:30
65	Nova Soure	01 a 04/3	09:30
66	Cipó	08 a 11/03	09:30
67	Olindina	08 a 11/03	09:30
68	Itapicuru	15 a 18/03	09:30
69	Esplanada	15 a 18/03	09:30
70	Rio Real	22 a 25/03	09:30
71	Conde	22 a 25/03	09:30
72	Antas	29/03 a 31/03	09:30
73	Retirolândia	22 a 25/03	09:30
74	Teofilândia	05 a 08/04	09:30
75	Santa Luz	05 a 08/04	09:30
76	Itororó	10 e 11/02	09:00
77	Cocos	10 e 11/02	09:00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 2 de fevereiro de 2021

Desembargador LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 61, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021.

Regulamenta o cadastro das entidades integrantes da administração indireta, órgãos dotados de personalidade judiciária, autoridades e empresas privadas no âmbito do projeto Domicílio Eletrônico.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a comunicação processual por meio eletrônico atende ao princípio constitucional da razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal da República) e traz maior segurança e celeridade ao ato processual;

CONSIDERANDO que o novo Código de Processo Civil determina às empresas públicas e privadas, exceto aquelas consideradas como microempresas e empresas de pequeno porte, a manutenção de cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, conforme disposto no §1º, do artigo 246, da referida legislação.

CONSIDERANDO que é indispensável a implementação do procedimento de cadastro das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, conforme disposto nos arts. 1.050 e 1.051, do CPC, e no art. 5º, da Lei nº 11.419/2006;

CONSIDERANDO que o art. 5º, da Lei nº 11.419/2006, preceitua que as intimações realizadas em processos eletrônicos ocorrem no portal de cada sistema, dispensando a publicação no órgão oficial;

CONSIDERANDO que o art. 19, da Resolução nº 185/2013, do Conselho Nacional de Justiça, determina, no processo eletrônico, a realização de todos os atos de comunicação processual via portal próprio;

CONSIDERANDO o entendimento do Superior Tribunal de Justiça – STJ, no sentido de conferir validade e prevalência da intimação eletrônica, ainda que ocorra publicação na imprensa oficial (AgInt nos EDcl no REsp 1611803/SC e AgInt no AREsp 903.091/RJ);

CONSIDERANDO a decisão plenária do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no PP 00050007-36.2019.2.00.0000, que julgou improcedente o pedido formulado em face do TJMG para compelir o Tribunal a publicar no Diário de Justiça Eletrônico - DJE todas as intimações e decisões proferidas em processos eletrônicos;

CONSIDERANDO a Resolução nº 234/2016, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que, dentre outros, instituiu a Plataforma de Comunicações Processuais (Domicílio Eletrônico);

CONSIDERANDO a decisão plenária do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no Pedido de Providências nº 0006460-03.2018.2.00.0000, que reconheceu a competência plena dos Tribunais para manter normativos e sistema próprio, com o fim de realizar as comunicações oficiais de atos processuais;

CONSIDERANDO a importância da padronização e centralização do cadastro das pessoas jurídicas junto ao banco de dados do Poder Judiciário da Bahia;

CONSIDERANDO a necessidade de racionalização da utilização dos recursos orçamentários;

CONSIDERANDO o Ato Conjunto nº 06/2020, da mesa diretora do TJBA, que estabeleceu medidas para a redução, racionalização, contingenciamento, contenção, monitoramento e controle das despesas de pessoal, custeio e investimento, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia;

CONSIDERANDO a proposta de regulamentação do cadastro das pessoas jurídicas para recebimento de comunicação eletrônica, apresentada pelo Des. José Edivaldo Rocha Rotondano, na qualidade de Presidente do Grupo de Trabalho instituído por meio do Decreto nº 432/2020, a qual resta acolhida em sua integralidade,

RESOLVE

Art. 1º Regulamentar o art. 5º, incisos II e III, do Decreto Judiciário nº 532/2020, que instituiu a Plataforma de Comunicações Processuais do Poder Judiciário da Bahia, contemplando as entidades integrantes da administração indireta, órgãos dotados de personalidade judiciária, autoridades e empresas privadas.

Art. 2º Nos termos dos arts. 246, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil, é obrigatório que as empresas públicas e privadas, e as entidades da administração indireta, efetuem seu cadastro eletrônico, ficando estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a realização do cadastro, para fins de recebimento das comunicações processuais através de meio eletrônico.

Parágrafo único. É facultativa a realização do cadastro pelas microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 3º Não cumprido o prazo indicado no artigo anterior, será realizado o cadastro compulsório, permitida a celebração de termo de cooperação técnica para compartilhamento de banco de dados com outros órgãos públicos.

Parágrafo único. Efetuado o cadastro compulsório, a pessoa jurídica será notificada por e-mail, considerando-se válidos todos os atos de comunicação processual, via portal eletrônico, realizados a partir de então.

Art. 4º A adesão deverá ocorrer de maneira eletrônica, através do sistema disponível no endereço <https://www.tjba.jus.br/citacaointimacao/inicio>, mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - Termo de Cadastramento assinado eletronicamente pelo representante legal, conforme modelo disponibilizado no menu ajuda do portal acima indicado;

II – Cartão CNPJ;

III – Documento de identificação do representante legal;

IV - Atos constitutivos da pessoa jurídica, estatuto ou contrato social;

V - Instrumento de mandato com poderes expressos para receber citação;

VI – Carteira profissional do advogado constituído para ser o gestor do cadastro;

Parágrafo único. Tratando-se de pessoa jurídica de direito público que possua Procurador integrante do seu quadro de servidores efetivos, deverá ser apresentado, em substituição ao instrumento de mandato, o decreto de nomeação.

Art. 5º Na etapa de envio da documentação será exigida a indicação de apenas um usuário para figurar como gestor, podendo a entidade, posteriormente, acrescentar outros advogados diretamente nos sistemas judiciais.

Art. 6º No momento do cadastramento, a pessoa jurídica deverá listar todos os CNPJ's a ela vinculados, a exemplo de subsidiárias e filiais, de modo a centralizar o envio dos atos de comunicação processual.

Parágrafo único. Criados novos CNPJs após a efetivação do cadastro, cabe à entidade informá-los ao Tribunal de Justiça para fins de atualização.

Art. 7º Competirá ao Grupo de Trabalho Domicílio Eletrônico, instituído pelo Decreto Judiciário nº 432/2020, a validação do cadastramento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com o apoio da Secretaria Judiciária, órgão vinculado à Presidência deste Tribunal de Justiça.

§1º Aprovado o cadastro, será enviado e-mail à pessoa jurídica informando a sua ativação nos sistemas judiciais.

§2º Ocorrendo erro no preenchimento de qualquer dado, ou havendo documento faltante, o ato será convertido em diligência, fixando-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização.

§3º Não cumprido o prazo, o cadastro ocorrerá de forma compulsória com as informações existentes, reputando-se válidas as comunicações, citações e intimações realizadas via portal eletrônico.

Art. 8º As comunicações processuais oriundas de processos eletrônicos dar-se-ão via portal para as pessoas jurídicas, órgão e autoridades cadastradas.

§1º Nos casos urgentes, em que a intimação eletrônica possa causar prejuízo à qualquer das partes ou à efetivação do próprio ato, a comunicação poderá ser realizada por outro meio que atinja a sua finalidade, conforme determinado pelo magistrado condutor do feito.

§2º Para fins de atendimento ao art. 272, § 5º, do Código de Processo Civil, a solicitação para que as comunicações dos atos processuais sejam feitas em nome de advogados específicos, o requerente deverá diligenciar as providências necessárias para a atualização do cadastro no sistema domicílio eletrônico.

§3º O cadastramento não dispensa a inclusão, em cada processo, dos documentos necessários à comprovação da regularidade da pessoa jurídica e de sua representação.

Art. 9º Ocorrendo a extinção do vínculo do usuário indicado para a gestão do cadastro, ou qualquer outra alteração fática relevante, caberá, única e exclusivamente, à pessoa jurídica em comento, realizar a atualização nos sistemas judiciais.

Parágrafo único. Não alteradas as informações, a intimação, citação ou notificação encaminhada via sistema será reputada válida.

Art. 10 As entidades que já realizaram cadastro, na vigência do Decreto Judiciário nº 825/2018, estão dispensadas de efetuar o procedimento ora instituído, desde que o respectivo cadastro tenha sido aprovado pela Secretaria Judiciária, e não possua pendências.

Parágrafo único. Os cadastros validados podem ser consultados no portal do projeto Domicílio Eletrônico, disponível no seguinte endereço: <https://www.tjba.jus.br/citacaoIntimacao/cadastros/ativos>.

Art. 11 Os órgãos da administração pública, ainda que dotados de personalidade judiciária, que possuam representação processual autônoma, poderão se cadastrar mediante o preenchimento de formulário específico disponibilizado no Portal do Domicílio Eletrônico.

Parágrafo único. O mesmo procedimento será observado para as autoridades que venham atuar na qualidade de coatoras em sede de Mandados de Segurança, possibilitando a notificação e o oferecimento de informações de maneira eletrônica.

Art. 12 No âmbito do segundo grau, caberá à Diretoria de Distribuição de Segundo Grau - DD2G, no momento da triagem dos processos, fiscalizar se o usuário externo realizou o correto cadastramento no sistema, de modo a permitir a expedição de atos de comunicação eletronicamente.

§1º No primeiro grau de jurisdição essa atividade será de responsabilidade dos Diretores de Secretaria e Assessores de Magistrado, sob a supervisão dos Juízes de Direito.

§2º Nos processos já autuados, deverá a pessoa jurídica peticionar requerendo a retificação da autuação para fazer constar o cadastro eletrônico.

Art. 13 O suporte especializado aos usuários internos e externos ficará sob a responsabilidade das servidoras Verana Portugal Ferraz Pereira, cadastro 500.103-0, e Rosana Nepomuceno Costa, cadastro n. 501.890-0, disponibilizadas pelo Gabinete do Desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano para essa específica finalidade, em cooperação com a Secretaria de Tecnologia e Modernização – SETIM, sem prejuízo de suas regulares atribuições, e sem qualquer acréscimo financeiro.

Art. 14 Este Decreto entra em vigor 15 (quinze) dias após a data de sua publicação, ficando revogadas quaisquer disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 2 de fevereiro de 2021.

Desembargador LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, à vista do que consta do Processo nº TJ-ADM-2017/63462,

RESOLVE

Rerratificar o Decreto Judiciário disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico de 08 de julho de 2019, para declarar que concedeu aposentadoria voluntária à servidora CELINA DE ALMEIDA ALVES LEMOS, cadastro nº 801.783-2, Escrevente de Cartório, Comarca de Ubaira, entrância inicial, classe B, nível 23, nos termos do art. 3º da EC nº 47/2005, e com proventos integrais compostos de Vencimento Básico (Lei 11.170/2008); Vantagem Pessoal Eficiência (Lei nº 7.885/2001); Substituição (Lei nº 11.357/2009); e 25,00% de ATS (Lei nº 6.677/1994).

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 2 de fevereiro de 2021.

Desembargador LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, à vista do que consta do Processo nº TJ-ADM-2018/29099,

RESOLVE

Rerratificar o Decreto Judiciário disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico de 28 de novembro de 2019, para declarar que concedeu aposentadoria por invalidez permanente simples à servidora DIANA GLEISS OLIVEIRA GUIMARAES VIANA, Escrevente de Cartório, cadastro nº 902.267-8, classe A, nível 9, Comarca de Lençóis, entrância inicial, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com efeito retroativo a 31 de maio de 2018, e com proventos proporcionais, fixados nos termos dos arts. 6º-A e 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003, compostos de Vencimento Básico (Lei nº 11.170/2008); Vantagem Pessoal Eficiência (Lei nº 7.885/2001); 10,00% de ATS (Lei nº 6.677/1994); e Substituição (11.357/2008).

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 2 de fevereiro de 2021.

Desembargador LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, à vista do que consta do Processo nº TJ-ADM-2017/68270,

RESOLVE

Rerratificar o Decreto Judiciário disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico de 02 de dezembro de 2015, rerratificado pelo Decreto Judiciário disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico de 31 de outubro de 2017, para declarar que concedeu aposentadoria voluntária à servidora MARIA DE LOURDES OLIVEIRA, Tabeliã de Notas, cadastro nº 179.997-5, classe C, nível 29, Comarca de Santa Maria da Vitória, entrância intermediária, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, e com proventos integrais compostos de Vencimento Básico (Lei 11.170/2008); Vantagem Pessoal Eficiência (Lei nº 7.885/2001); e 36,00% de ATS (Lei nº 6.677/1994).

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 2 de fevereiro de 2021.

Desembargador LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
Presidente